Demonstrações Financeiras

São Pedro Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

São Pedro Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração 1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2
Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido 8
Demonstração do fluxo de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório da Administração

A Administração da São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“SPT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A SPT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da SPT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A SPT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R$116 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
São Pedro Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Pedro Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Pedro Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota 2.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação e com ênfase de “Acordos firmados pela controladora indireta J&F investimentos S.A. e investigações independentes”, com data de 14 de fevereiro de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.6 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2019.

Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
Ativos				
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.837	2.458	5.943
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	5	5.437	4.587	8.430
Ativo de contrato de concessão	5	38.529	42.658	42.604
Impostos e contribuições sociais	6	1.167	95	100
Outras contas a receber e outros ativos		1.728	1.635	2.529
Total dos ativos circulantes		51.698	51.433	59.606
Ativos não circulantes				
Depósitos vinculados		-	27.446	25.888
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	5	20	-	-
Ativo de contrato de concessão	5	507.045	451.870	430.157
Outras contas a receber		1.713	11.752	12.773
Imobilizado		45	56	67
Intangível		15	30	46
Total dos ativos não circulantes		508.838	491.154	468.931
Total dos ativos		560.536	542.587	528.537

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
Passivos				
Passivos circulantes				
Fornecedores	12	9.644	1.908	1.280
Empréstimos e Financiamentos	10	-	26.638	25.672
Taxas regulamentares		600	386	192
Impostos e contribuições sociais	6	1.728	656	356
Dividendos a pagar	9	9.439	-	-
Outras contas a pagar		2.399	2.648	643
Total dos passivos circulantes		23.810	32.236	28.143
Passivos não circulantes				
Empréstimos e Financiamentos	10	-	88.258	114.754
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	16.804	15.232	14.561
Tributos diferidos	8	19.208	18.050	17.255
Provisão para contingências	11	17	6.788	2.895
Outras contas a pagar		155	-	-
Total dos passivos não circulantes		36.184	128.328	149.465
Total dos passivos		59.994	160.564	177.608
Patrimônio líquido				
Capital social		470.235	383.239	376.039
Reserva de lucros		1.987	-	-
Dividendos adicionais propostos		28.320	-	-
Lucros e (prejuízos) acumulados		-	(1.216)	(25.110)
Total do patrimônio líquido	13	500.542	382.023	350.929
Total dos passivos e do patrimônio líquido		560.536	542.587	528.537

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		67.595	33.356
Remuneração do ativo de contrato de concessão	18	27.376	27.675
Receita operacional líquida	18	94.971	61.031
Pessoal		(3.601)	(2.033)
Material		(34.735)	(19.929)
Serviços de terceiros		(3.111)	(3.125)
Outros custos operacionais, líquidos		(362)	(1.087)
Custos operacionais	19	(41.809)	(26.174)
Lucro Bruto		53.162	34.857
Pessoal		(105)	(552)
Serviços de terceiros		(1.165)	(745)
Depreciação e amortização		(29)	(27)
Outras despesas operacionais, líquidas		(5.047)	(469)
Despesas operacionais	19	(6.346)	(1.793)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		46.816	33.064
Receitas financeiras		187	1.726
Despesas financeiras		(1.968)	(5.352)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20	(1.781)	(3.626)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos e das contribuições		45.035	29.438
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.961)	(5.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.112)	(423)
Imposto de renda e contribuição social		(4.073)	(5.544)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		40.962	23.894
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R$)	17	0,08711	0,06235

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	40.962	23.894
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	40.962	23.894

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			
			Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros e (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)		376.039	-	-	(25.110)	350.929
Aumento de capital		7.200	-	-	-	7.200
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.894	23.894
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	13	383.239	-	-	(1.216)	382.023
Aumento de capital		86.996	-	-	-	86.996
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.962	40.962
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal		-	1.987	-	(1.987)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(9.439)	(9.439)
Dividendos adicionais propostos		-	-	28.320	(28.320)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	470.235	1.987	28.320	-	500.542

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	40.962	23.894
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		29	27
Provisões para contingências		(6.771)	3.893
Encargos de empréstimos e financiamentos	20	1.584	4.803
Remuneração do ativo de contrato de concessão	18	(27.376)	(27.675)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	18	(29.575)	(13.672)
Receita de implementação de infraestrutura	18	(31.646)	(12.372)
Receita de aplicação financeira	20	(187)	(1.726)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	1.961	5.121
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	2.112	423
Tributos diferidos		1.798	502
Baixa de ativos		11.584	-
Custo de implementação de infraestrutura	19	28.602	19.771
		(6.923)	2.989
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		36.373	32.494
(Aumento) redução no saldo de conta a receber de concessionárias e permissionárias		(870)	3.843
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(450)	(3.684)
(Aumento) redução em outras contas a receber e outros ativos		(1.638)	1.915
(Redução) nos fornecedores		(20.866)	(19.144)
Aumento nas taxas regulamentares		214	194
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		(96)	2.005
		12.667	17.623
Caixa gerado pelas atividades operacionais		5.744	20.612
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.511)	(1.132)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.233	19.480
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) no imobilizado e intangível		(3)	-
Redução nos depósitos vinculados		27.633	168
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		27.630	168
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de Capital		86.996	7.200
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(115.765)	(30.333)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – Juros		(715)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(29.484)	(23.133)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.379	(3.485)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		2.458	5.943
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	4.837	2.458
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.379	(3.485)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“SPT” ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas nos estados do Piauí e da Bahia, formadas pelas linhas de transmissão (i) SEs Barreiras I e II – SE Rio Grande II em 230kv com extensão aproximada de 106 km, (ii) SE Gilbués II – SE Bom Jesus II em 230kv com extensão aproximada de 153 km e (iii) SE Bom Jesus II – SE Eliseu Martins em 230kv com extensão aproximada de 142 km e instalações nas subestações Bom Jesus II, Eliseu Martins e Gilbués II, nos termos do Contrato de Concessão nº 015/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em maio de 2017.

A SPT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de abril de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem

estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Reapresentações dos valores correspondentes

A Companhia identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica especifica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória

(BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a margem e taxa de remuneração do projeto (taxa implícita), visto que no modelo anterior utilizava a WACC regulatória estabelecida pela ANEEL. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R$12.797 para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R$141.655 negativos para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balanço Patrimonial	Ref.	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo							
Ativos circulantes não afetados		51.433	51.433	-	59.606	59.606	-
Total do Ativo Circulante		51.433	51.433	-	59.606	59.606	-
Depósitos vinculados	(i)	-	27.446	27.446	-	25.888	25.888
Ativo de contrato de concessão	(ii)	547.446	451.870	(95.576)	539.996	430.157	(109.839)
Outros ativos não circulantes não afetados		11.838	11.838	-	12.886	12.886	-
Total do Ativo Não Circulante		559.284	491.154	(68.130)	552.882	468.931	(83.951)
Total do Ativo		610.717	542.587	(68.130)	612.488	528.537	(83.951)
Passivo							
Passivos circulantes não afetados		32.236	32.236	-	28.143	28.143	-
Total do Passivo Circulante		32.236	32.236	-	28.143	28.143	-
Empréstimos e financiamentos	(i)	60.812	88.258	27.446	88.866	114.754	25.888
Impostos e contribuições diferidos	(iii)	-	15.232	15.232	-	14.561	14.561
Tributos diferidos	(iv)	-	18.050	18.050	-	17.255	17.255
Outros passivos não circulantes não afetados		6.788	6.788	-	2.895	2.895	-
Total do Passivo Não Circulante		67.600	128.328	60.728	91.761	149.465	57.704
Capital social		383.239	383.239	-	376.039	376.039	-
Reserva de lucros	(v)	127.642	-	(127.642)	116.545	-	(116.545)
Lucros (prejuízos) acumulados	(v)	-	(1.216)	(1.216)	-	(25.110)	(25.110)
Total do Patrimônio Líquido		510.881	382.023	(128.858)	492.584	350.929	(141.655)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		610.717	542.587	(68.130)	612.488	528.537	(83.951)

(i) Reclassificação de "Empréstimos e financiamentos" Passivo não circulante para "Depósitos vinculados" no Ativo não circulante.
(ii) Alinhamento das práticas contábeis no valor de R$42.580 para 31 de dezembro de 2019 (R$42.038 para 01 de janeiro de 2019) e impacto do ofício CVM Circular nº 04/2020 no valor de R$138.156 negativos para 31 de dezembro de 2019 (R$151.877 negativos para 01 de janeiro de 2019).
(iii) Alinhamento das práticas contábeis no valor de R$19.487 para 31 de dezembro de 2019 (R$19.239 para 01 de janeiro de 2019) e impacto do ofício CVM Circular nº 04/2020 no valor de R$4.255 negativos para 31 de dezembro de 2019 (R$4.678 negativos para 01 de janeiro de 2019).
(iv) Alinhamento das práticas contábeis no valor de R$23.093 para 31 de dezembro de 2019 (R$22.799 para 01 de janeiro de 2019) e impacto do ofício CVM Circular nº 04/2020 no valor de R$5.043 negativos para 31 de dezembro de 2019 (R$5.544 negativos para 01 de janeiro de 2019).
(v) Impactos oriundos do ofício CVM Circular nº 04/2020.

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	27.428	33.356	5.928
Remuneração do ativo de contrato de concessão	20.383	27.675	7.292
Receita Operacional Líquida	47.811	61.031	13.220
Custos operacionais	(26.174)	(26.174)	-
Resultado Bruto	21.637	34.857	13.220
Despesas operacionais	(1.793)	(1.793)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	19.844	33.064	13.220
Resultado financeiro	(3.626)	(3.626)	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	16.218	29.438	13.220
Impostos e contribuições	(5.121)	(5.544)	(423)
Resultado líquido do exercício	11.097	23.894	12.797

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	11.097	23.894	12.797
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	11.097	23.894	12.797

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2019	492.584	350.929	(141.655)
Resultado líquido do exercício	11.097	23.894	12.797
Outras linhas não afetadas	7.200	7.200	-
Total do Patrimônio Líquido	510.881	382.023	(128.858)

Demonstração dos Fluxo de caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impacto
Lucro líquido do Exercício	11.097	23.894	12.797
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	423	423
Tributos diferidos	-	502	502
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(20.383)	(27.675)	(7.292)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-	(13.672)	(13.672)
Receita de implementação de infraestrutura	-	(12.372)	(12.372)
Receita de Operação e Manutenção	(5.557)	-	5.557
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão	38.208	32.494	(5.714)
Outros itens não afetados	15.886	15.886	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.251	19.480	(19.771)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativo de contrato de Concessão	(19.771)	-	19.771
Redução nos depósitos vinculados	168	168	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(19.603)	168	19.771
Outros itens não afetados	(23.133)	(23.133)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(23.133)	(23.133)	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.485)	(3.485)	-
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5.943	5.943	-
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.458	2.458	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.485)	(3.485)	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.
A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 5,65% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido no contrato de concessão. As correções monetárias são calculadas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.3. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos

ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma

obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

(i) O que significa um direito de postergar a liquidação;

(ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

(iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

(iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	323	26
Aplicações financeiras	4.514	2.432
	4.837	2.458

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	98,40% do CDI	Entre 96,5% e 98,5% da média de fechamento diário do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS, E ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	5.475	4.587
Parcela variável (i)	(18)	-
	5.457	4.587
Circulante	5.437	4.587
Não circulante (ii)	20	-

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2020
-	(219)	201	(18)

(*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Remune-ração	Correção Monetária	Recebi-mento	31/12/2020
LT SEs Barreira I e II - SE Rio Grande II e LT SE Gilbués - SE Bom Jesus - SE Eliseu Martins	494.528	31.646	27.376	29.575	(37.551)	545.574
Circulante	42.658					38.529
Não circulante	451.870					507.045

Linha de transmissão	01/01/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Remun-ração	Correção Monetária	Recebi-Mento	31/12/2019 (Reapresentado)
LT SEs Barreira I e II - SE Rio Grande II e LT SE Gilbués - SE Bom Jesus - SE Eliseu Martins	472.761	12.372	27.675	13.672	(31.952)	494.528
Circulante	42.604					42.658
Não circulante	430.157					451.870

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Reforços						
SPT SE Rio Grande II	Implantação do segundo autotransformador 230/138 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.540/2018	(*)	R$17.777	Concluído em 08/07/2020	Não há
SPT SE Barreiras II	Implantação do segundo autotransformador 500/230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.091/2019	R$4.248	R$35.079	Agosto de 2021	ADE da RFB nº 1.911/2019

(*) Será estabelecida somente após o ciclo posterior a conclusão do projeto. (**) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade

das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Resolução 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
46.533	(2.542)	43.991	44.927	(91)	44.836

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	265	-
Impostos e contribuições retidos	30	18
IRRF sobre aplicações financeiras	558	26
Outros	314	51
Ativo circulante	1.167	95
IRPJ e CSLL correntes	401	280
PIS e COFINS	335	126
INSS e FGTS	439	81
ISS	399	73
ICMS	25	55
Outros	129	41
Passivo circulante	1.728	656

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	16.804	15.232

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (a)	19.208	18.050

(a) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Pagar – OCP

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com a Controladora (TAESA)						
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office"	R$36 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M	R$87 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
Transações com empresas ligadas						

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
3	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - SJT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
	Transações com a controladora (TAESA)				
1	Serviços de "back-office" - Taesa	36	-	216	-
2	Serviços de "O&M" – Taesa	87	-	651	-
	Transações com empresas ligadas				
3	Reembolso de despesas - São João	373	-	-	-
4	Reembolso de despesas - ATE III	1	-	-	-
		497	-	867	-

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

II – Dividendos a pagar

	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar a Taesa	-	9.439	9.439

III - Remuneração dos diretores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
CEF – FINISA	30/12/2013	175.942	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	n/a
CEF - FINISA	05/02/2016	8.843	15/02/2026	136,33% CDI a.a.	n/a

	31/12/2019 (Reapresentado)	Juros e variações monetária incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
CEF - FINISA	114.896	1.584	(715)	(115.765)	-
Circulante	26.638				-
Não circulante	88.258				-

	31/12/2018	Juros e variações monetária incorridos	Amortização de principal	31/12/2019 (Reapresentado)
CEF - FINISA	140.426	4.803	(30.333)	114.896

	31/12/2018	Juros e variações monetária incorridos	Amortização de principal	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante	25.672			26.638
Não circulante	114.754			88.258

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia liquidou, antecipadamente, os empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, desembolsando o montante de R$113.962.

11. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis (faixa de servidão) em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/2019	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2020
Fiscais	6.788	494	-	(7.265)	17

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R$2.008, sendo R$1.997 referentes a contingências cíveis e R$11 a contingências trabalhistas (em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava processos contingentes no montante de R$109 na área trabalhista), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	9.644	1.908
	9.644	1.908

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R$470.235, representado por 470.235.007 (quatrocentas e setenta milhões, duzentas e trinta e cinco mil e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R$383.239, representado por 383.238.994 (trezentas e oitenta e três milhões, duzentas e trinta e oito mil novecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	40.962	23.894
Prejuízos acumulados	(1.216)	(25.110)
Lucro (prejuízo) líquido residual a destinar	39.746	(1.216)
- Reserva legal (5%)	(1.987)	-
- Dividendos obrigatórios	(9.439)	-
- Dividendos adicionais propostos	(28.320)	-
- Prejuízos acumulados	-	1.216

Compensação de prejuízos acumulados	2020	2019 (Reapresentação)
- Prejuízos acumulados - 01/01/2019	-	(141.655)
- Reserva especial - 01/01/2019	-	109.097
- Reserva legal - 01/01/2019	-	7.448
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019	-	(25.110)
- Lucro líquido do exercício - 31/12/2019	-	23.894
- Prejuízos acumulados - 01/01/2020	(1.216)	(1.216)
- Lucro líquido do exercício - 31/12/2020	1.216	-
- Prejuízos acumulados - 31/12/2020	-	-

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	99.256	99.256	63.839	63.839
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(2.038)	(2.038)	-	-
Diferença entre regime de caixa e competência	(50.036)	(50.036)	(17.238)	(17.238)
	47.182	47.182	46.601	46.601
Percentual	8%	12%	8%	12%
	3.775	5.662	3.728	5.592
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	45	45	-	-
Outras receitas financeiras	9	9	219	219
	54	54	219	219
Base de cálculo	3.829	5.716	3.947	5.811
Imposto de renda - 15%	(574)	-	(592)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(359)	-	(371)	-
Contribuição social - 9%	-	(514)	-	(523)
Provisão de Contingências	(387)	(127)	(2.673)	(962)
Total de despesa	(1.320)	(641)	(3.636)	(1.485)
Total de IRPJ e CSLL		(1.961)		(5.121)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda	(1.371)	(311)
Contribuição social	(741)	(112)
	(2.112)	(423)

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - “Director and Officer - D&O” e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	AXA Seguros	20/09/2020 A 19/09/2021	10.000	-	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	31/07/2020 A 01/06/2021	-	82.000	115
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguradora	18/09/2020 A 18/09/2021	40.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

16.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Equivalentes de Caixa	4.514	2.432
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	323	26

	31/12/2020	31/12/2019
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.457	4.587
	10.294	7.045
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	9.644	1.908
- Empréstimos e financiamentos	-	114.896
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	155	-
	9.799	116.804

16.4 Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	4,50%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 19 de fevereiro de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários – CDI	4.514	79

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("*covenants*"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos; (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

16.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Equivalentes de caixa	4	4.514	2.432	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	40.962	23.894
Quantidade de ações ordinárias	470.235	383.239
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,08711	0,06235

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	27.376	27.675
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	29.575	13.672
Operação e manutenção	3.751	5.714
Receita de implementação de infraestrutura	31.646	12.372
Parcela variável (a)	(422)	-
Outras receitas	7.331	4.405
Receita operacional bruta	99.257	63.838
PIS e COFINS correntes	(1.793)	(1.701)
PIS e COFINS diferidos	(1.798)	(502)
Encargos setoriais (b)	(695)	(604)
Deduções da receita	(4.286)	(2.807)
Receita Operacional líquida	94.971	61.031

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens das obrigações de performance	2020	2019
Implementação de infraestrutura		
- Receita	31.646	12.372
- Custos	(28.602)	(19.771)
Margem (R$)	3.044	(7.399)
Margem percebida (%)	9,62%	-59,80%

Margens das obrigações de performance	2020	2019
Operação e Manutenção – O&M		
- Receita	3.751	5.714
- Custos	(13.207)	(6.403)
Margem (R$) (*)	(9.456)	(689)
Margem percebida (%)	-252,09%	-12,06%

(*) A margem negativa decorre da diferença entre valores realizados e orçados para os custos de operação e manutenção, visto que a segregação das receitas contratuais é definida no início do projeto e é realizada com base nos custos acrescidos de margem. Ressalta-se que as receitas contratuais (infraestrutura e operação e manutenção), comparadas aos custos, geram margem positiva para o projeto como um todo.

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(2.401)	(1.372)
-Benefícios	(356)	(629)
-FGTS e INSS	(949)	(584)
Pessoal	(3.706)	(2.585)
- Custo de implementação de infraestrutura	(28.602)	(19.771)
- O&M	(5.941)	(84)
- Outros	(192)	(74)
Materiais	(34.735)	(19.929)
Serviços de terceiros	(4.276)	(3.870)
Depreciação e amortização	(29)	(27)
Outros custos e despesas operacionais	(5.409)	(1.556)
Total custos e despesas	(48.155)	(27.967)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos oriundos de construção, reforços, manutenção e operação de linhas de transmissão.
Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, serviços de engenharia, vigilância e limpeza, e despesas com consultorias, auditoria, serviços gráficos, manutenção de propriedades, viagens.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, combustível, seguros, impostos, taxas e contribuições e patrocínios.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	187	1.726
Receitas financeiras	187	1.726
Empréstimos e financiamentos		
- Juros sobre financiamentos	(1.584)	(4.803)
Outras despesas financeiras, líquidas	(384)	(549)
Despesas financeiras	(1.968)	(5.352)
	(1.781)	(3.626)

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato de Back-Office e operação e manutenção dos ativos – Conforme nota explicativa nº 9 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e operação e manutenção de suas instalações.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas					
Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(a)
LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(b)

(a) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
(b) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Companhia até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

****

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49